

ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM UM CURSINHO POPULAR

Nayron Costa Alves ¹
Fernanda Keila Marinho da Silva ²

RESUMO

Os cursinhos populares são espaços de educação não formal que, embora fora das normas da educação oficial, desenvolvem práticas pedagógicas voltadas a ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. Muitos deles, incluindo o cursinho que é objeto deste relato, inspiram-se na Educação Popular de Paulo Freire. Este artigo aborda o estágio de licenciatura em Física realizado no Cursinho Educação e Cidadania (CEC), vinculado à UFSCar–Sorocaba. Trata-se de uma iniciativa que, desde o nome, expressa os ideais freireanos de educação popular, ao buscar desenvolver uma prática pedagógica que integra conhecimentos técnico-científicos à formação cidadã situada no contexto social dos(as) estudantes. O texto também contextualiza os fundamentos que orientam a prática do estágio nesse espaço, sobretudo à luz dos conceitos de Maria Lima e Selma Pimenta, que compreendem o estágio como um espaço crítico-reflexivo, evidenciando a relevância da experiência vivenciada no CEC. Nesse estágio, identificou-se o cursinho como um ambiente particularmente significativo por possibilitar o desenvolvimento profissional sob duas perspectivas complementares: a formação de uma postura crítica diante do ambiente escolar construído no cursinho e a construção de uma postura reflexiva sobre o trabalho desenvolvido ao longo do tempo. Dessa forma, são desenvolvidas práticas educativas inerentes ao ensino de Física, com vistas a um processo de ensino-aprendizagem que dialogue com as dinâmicas sociais e culturais de sujeitos socioeconomicamente desfavorecidos.

Palavras-chave: Cursinho popular, Estágio em física, Formação inicial.

INTRODUÇÃO

A licenciatura em física da Universidade Federal de São Carlos, no campus Sorocaba (UFSCar-So), tem em sua matriz curricular o total de 405 horas de estágio supervisionado, fazendo parte do núcleos de prática profissional e formativo profissional, juntamente à disciplina de orientação para ação pedagógica, que ocorre de forma simultânea ao estágio, servindo como espaço para discussões e orientações do respectivo estágio.

Tem-se então uma divisão dessas horas de estágio em cinco: tópicos de gestão escolar, com 30 horas; Ensino Fundamental e Ciências, com 60 horas; Ensino Médio e Física Escolar, com 90 horas; Planejamento e Currículo, com 90 horas; Desenvolvimento e Avaliação de Projetos de Ensino, com 135 horas.

Este relato apresenta discussões relacionadas ao primeiro estágio do curso, que aborda diferentes aspectos relacionados à gestão escolar, desde os profissionais gestores escolares até

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, nayronalves@estudante.ufscar.br;

² Profa. Dra. Fernanda Keila Marinho da Silva, Departamento de Física, Química e Matemática, Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade, UFSCar, fernandakeila@ufscar.br.



discussões críticas do espaço escolar envolvido, analisando sua estrutura física e social. Para além, tem-se a visão de que a maioria dos professores terão ao adentrar na escola, principalmente em assuntos envolvendo a comunidade escolar, como reunião com responsáveis e falas com alunos sobre o espaço escolar como um todo, não se restringindo à disciplina de referência. Além destes aspectos, também discutimos assuntos considerados burocráticos e documentais, vinculados ao caráter administrativo da gestão escolar.

Ainda, o estágio relatado contempla aspectos pedagógicos da gestão, como construção e manutenção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, coleta e manuseio de dados de toda comunidade escolar diretamente envolvida com este espaço escolar e discussões vinculadas à gestão democrática, principalmente daquelas previstas em leis.

Dentro do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Física (2019), tem-se a possibilidade, diante normativas do Conselho do Curso, de haver parte do cumprimento das horas de estágio do curso em espaços não formais de ensino.

A consideração de que o escopo de atuação do licenciado em Física vai além da sala de aula, envolvendo atividades de divulgação e popularização científica, de participação em eventos e espaços não formais demonstra a potencialidade dos espaços não formais de ensino como um campo legítimo para a ocorrência de parte da carga horária do estágio supervisionado. (PPC de Licenciatura em Física, item V, capítulo 8, inciso (g), pg. 54)

A partir dessa possibilidade, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir a vivência de estágio ocorrida em um cursinho popular, tentando relacionar os objetivos pedagógicos existentes no estágio descrito anteriormente às situações possibilitadas pelo espaço em que este se desenvolveu. Ainda, proponho uma reflexão pessoal em caráter, uma vez que integro a coordenação do Cursinho Educação e Cidadania (CEC) desde 2022. Naquele ano, que iniciei minha atuação como professor de Física nas duas turmas a partir de março e, em maio do mesmo ano, passei a compor também a gestão, inicialmente na função de coordenador pedagógico e, desde dezembro de 2023, assumi a função de vice-comunicador institucional, mantendo simultaneamente minha atuação como professor em uma das turmas.

Cursinho Educação e Cidadania (CEC) como cenário de estágio

Os cursos pré-vestibulares, amplamente conhecidos como “cursinhos”, surgiram a partir da mobilização de estudantes excedentes, ou seja, aqueles que não haviam sido aprovados nos processos seletivos das universidades. Esses movimentos ocorreram em um período em que ainda não existiam vestibulares em todas as instituições de ensino superior (Casault, 2019; Mendes, 2011).

Com a ampliação do acesso ao ensino médio, o número de candidatos ao ensino superior aumentou consideravelmente, o que levou as universidades a adotarem processos



seletivos de caráter eliminatório e classificatório, como forma de lidar com a crescente demanda por vagas. Assim, os cursinhos começaram com o caráter de revisão do ensino médio, com uma estruturação pedagógica

[...] deliberadamente planejado e organizado com o fim explícito de elevar as chances de aprovação dos jovens de camadas médias nas instituições universitárias mais prestigiadas do país, através de técnicas mnemônicas [...] bem como a partir da repetitiva e constante realização de exercícios e de simulados que mimetizavam os conteúdos exigidos e a própria situação de realização desses exames (Bonaldi, 2016, p. 14)

Nesse contexto histórico, observa-se que o movimento dos cursinhos esteve, inicialmente, restrito às classes médias da sociedade, especialmente aquelas em ascensão no período pós-ditadura, marcado também pelo fim da crise econômica da década de 1980. Esses grupos emergentes passaram a perceber que o acesso ao ensino superior gratuito estava sendo monopolizado pelas elites, tanto econômicas quanto culturais, compostas por segmentos da própria classe média que, há mais tempo, ocupavam posições de maior estabilidade e prestígio (Mendes, 2011).

Diante disso, surgiram iniciativas organizadas especialmente por estudantes oriundos da baixa classe média, que conseguiram superar as barreiras de acesso às universidades. O objetivo desses cursinhos era criar espaços de ensino que ampliassem as oportunidades para estudantes de baixa renda. A proposta era democratizar o acesso ao ensino superior público, historicamente visto como um espaço de privilégios e exclusão (Casault, 2019).

Segundo Castro (2012, p. 31) os cursinhos populares representam uma forma de ressignificação e articulação dos movimentos populares, uma vez que emergem como espaços de resistência e de construção coletiva do saber. Eles não apenas promovem o acesso ao ensino superior para jovens das camadas populares, como também reafirmam o direito à educação como instrumento de transformação social, enfrentamento das desigualdades e questionamento dos obstáculos que antecedem o acesso ao ensino superior.

Vale destacar que, nas últimas décadas, esse acesso foi ampliado por meio de políticas públicas significativas, como: a unificação dos vestibulares das instituições federais de ensino por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), viabilizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) a partir de 2010; e, principalmente, pela implementação da Lei de Cotas em 2013, posteriormente atualizada em 2023. Essas práticas institucionais de interesse coletivo foram fundamentais para promover maior equidade no ingresso ao ensino superior público para estudantes historicamente excluídos desse espaço (Casault, 2019; Muniz, 2022).



Dialogando com este movimento social e político de ampliação do acesso ao ensino superior por todos, ressaltamos que a luta comum dos cursinhos populares é pela sua própria não existência. Isso porque, em um país onde o acesso à educação superior pública e gratuita fosse plenamente garantido a todos, sem que houvesse vestibulares excludentes, não haveria razão para que esses cursinhos existissem. Sendo assim, a própria existência dos cursinhos, denuncia a desigualdade e a seletividade do sistema educacional vigente no Brasil. (Mendes, 2011, p. 49; Groppo; Oliveira; Oliveira, 2019, p. 8).

O Cursinho Educação e Cidadania (CEC) é um projeto de extensão, historicamente vinculado ao Departamento de Biologia e, por um breve período, ao Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades. A partir de abril de 2025, passou a ser vinculado ao Departamento de Economia, sob a coordenação de um professor desse.

A caracterização de espaço não formal de ensino se deve, principalmente, pelo não seguimento de normas estabelecidas em leis que regem a educação e, conseqüentemente, não está dentro dos parâmetros organizacionais de nenhum nível de governo. Mesmo assim, caracteriza-se como espaço de ensino pois o público atendido pelo cursinho é composto por estudantes oriundos de escolas públicas, em ensino médio regular ou integral, por jovens e adultos formados por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou de exames de certificação (popularmente conhecidos como “supletivos”), além de bolsistas integrais de escolas particulares, o que evidencia a diversidade e a relevância do espaço educativo não formal como campo formativo para futuros docentes.

Ademais, as atividades desenvolvidas neste cursinho pelos professores e coordenadores, dialogam diretamente com as competências previstas nos documentos que organizam e definem a formação docente, do curso de física da UFSCar Sorocaba. A partir dessa argumentação tem-se então, através da deliberação do conselho do curso de física, uma prerrogativa do CEC ser considerado complementar a experiência de estágio, respeitando o tempo de atividade desenvolvido e ainda não desfavorecendo o tempo em escolas regulares.

Dessa maneira, torna-se ainda mais relevante o aspecto do estágio realizado no CEC. Por já atuar como professor no cursinho há algum tempo, esse espaço mostra-se interessante porque permite o desenvolvimento profissional sob duas perspectivas complementares: a formação de um professor crítico diante do ambiente escolar que é construído nesse cursinho, baseada em fundamentos freireanos, e a construção de uma postura autocrítica, já que integro o projeto não apenas como professor, mas também como coordenador e, de certa forma, orientador de práticas pedagógicas dos demais docentes.



METODOLOGIA

A partir desses referenciais, estipulou-se um plano de ação onde a primeira atividade consistiu na análise documental. No CEC, atualmente, existem quatro documentos: o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual não foi finalizado; o documento de Reestruturação Organizacional, que complementa e atualiza parte do PPP; o Regimento Interno, originalmente concebido junto ao PPP; e o documento de Política de Advertências, elaborado paralelamente ao funcionamento do cursinho. Todos esses documentos foram analisados à luz do texto de Ilma Veiga e também a partir de minha observação crítica, considerando minha atuação como coordenador e professor no CEC.

Na sequência, realizou-se uma análise do espaço físico e estrutural do cursinho, discutindo e construído coletivamente em sala de aula, a fim de elaborar quais elementos são essenciais em um ambiente de ensino. Vale ressaltar que essa análise passou por adaptações, visto que o CEC funciona dentro da universidade e, por sua natureza, possui características diferentes das escolas regulares.

Como última atividade, foram realizadas duas entrevistas com membros da coordenação do CEC, visando discutir e analisar suas perspectivas tanto sobre o funcionamento do cursinho quanto sobre aspectos relacionados à gestão democrática e às suas atuações no contexto do projeto. As entrevistas foram realizadas com o coordenador institucional, docente da universidade e com a comunicadora institucional, cargo mais próximo a ser equivalente à função de direção escolar, discente da Licenciatura em Biologia da UFSCar. Devido ao limite de espaço, essas entrevistas não serão foco de análise deste artigo, embora tenhamos adotado todos os trâmites éticos para pesquisa com seres humanos.

Vale salientar que a vivência de estágio foi amparada por leituras e discussões de textos relacionados ao estágio escolar (Lima; Pimenta 2011; Oliveira; Moraes; Dourado, 2006; Veiga, 1995). Ainda assim, foram importantes para fornecer uma base de discussão crítica, a qual exporemos na seção seguinte.

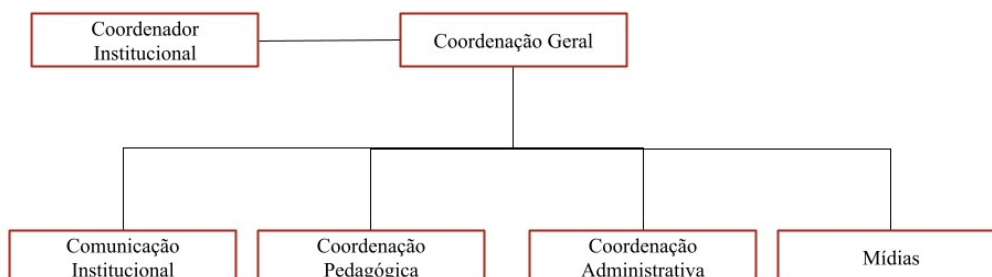
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise feita sobre o cursinho de meu olhar, um coordenador, deixou clara uma percepção de todos que participam da gestão, que é uma sobrecarga de atribuições. Desde a pandemia, o CEC adota uma estrutura de coordenação dividida em três áreas principais, com o objetivo de distribuir as responsabilidades de maneira mais equilibrada. Essa organização visa evitar o acúmulo de funções, algo recorrente diante das demandas que surgem ao longo do semestre letivo, sobretudo considerando que os coordenadores também são estudantes de



graduação, o que frequentemente gera sobreposição entre atividades universitárias e obrigações no cursinho. Atualmente, dos 14 coordenadores ativos, apenas duas não atuam simultaneamente como professores de disciplinas.

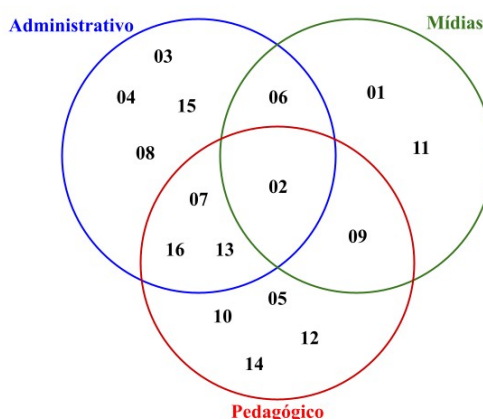
Figura 01: Organograma da gestão do Cursinho Educação e Cidadania - CEC



Fonte: O autor.

Todos os coordenadores compõem a coordenação geral, espaço no qual são discutidas questões estruturais e estratégicas do cursinho, como a elaboração do calendário anual ou a resolução de problemáticas que extrapolam o escopo de uma única coordenação. Na figura 02, é possível visualizar como se organizam os membros da coordenação, ficando evidente o acúmulo de funções. Para fins de preservação de identidade, os coordenadores estão representados por números de 01 a 16, indicando as áreas onde cada um atua.

Figura 02: Diagrama de Venn com a alocação dos atuais coordenadores do CEC.



Fonte: O autor.

Então, há certo acúmulo, principalmente entre administrativo e pedagógico. Ainda, ressalto que 02 e 13 são os atuais comunicadores institucionais, sendo que 13 sou eu, ou seja, também tenho papel de professor de física no cursinho e a 02 é também comunicadora institucional, mas essa está em exclusividade na coordenação, justamente para ser possível tantas funções diferentes.

Nos últimos semestres, a entrada de novos coordenadores têm ocorrido por meio da observação de coordenadores já atuantes, os quais identificam professores que demonstram



engajamento e potencial de contribuição com o projeto. A partir dessas sugestões, são feitos convites diretos aos professores interessados. Vale destacar que, enquanto os professores passam por um processo seletivo com entrevistas classificatórias, não há processo similar para a seleção de novos coordenadores.

Ao analisar os documentos junto com o TCC de um dos gestores anteriores (Pereira, 2020), a estrutura atual da coordenação nem sempre existiu. Por um período, o cursinho funcionava com base em Grupos de Trabalho (GTs) autogeridos, que se formavam de acordo com as demandas que surgiam. Com o tempo, dentro desses GTs passaram a surgir figuras que assumiam a função de coordenar as ações do grupo, ainda que informalmente. Posteriormente, essa configuração evoluiu para o modelo atual de coordenações mais definidas. Hoje, os GTs ainda existem, mas voltados para a realização de atividades extracurriculares, como a Festa Junina e o encerramento do ano letivo, servindo como forma de ampliar a participação de professores nas organizações do cursinho.

É importante ressaltar que essa estrutura não contempla instâncias específicas de participação discente, como conselhos de classe ou de turma, comuns em escolas regulares. A segunda crítica relevante a essa organização, portanto, refere-se à ausência sistematizada da participação dos alunos em instâncias decisórias. Apesar de, em alguns anos, terem sido realizadas eleições para representantes de turma, essas ações tiveram caráter mais simbólico e educativo, funcionando como espaços de debate sobre a democracia brasileira e mundial. Entretanto, esses representantes não tiveram funções práticas ou para além da comunicação com a gestão do cursinho o que, em termos efetivos de participação, se observou foram consultas pontuais sobre temas específicos, como a ampliação da carga horária de aulas aos sábados (de quatro para cinco aulas por dia, em 2022), ou a mudança da sede, do SMetal para a UFSCar (em 2024), mas que envolveram todos, e não somente os representantes.

Outra importante situação do cursinho como espaço escolar é a formação pedagógica de professores que atualmente se organiza em dois eixos complementares: a formação propriamente dita e o acompanhamento.

A formação tem como objetivo desenvolver a prática docente no cursinho, por meio de atividades teóricas e práticas que problematizam a atuação dos educadores populares. Já o acompanhamento tem um caráter mais horizontal e dialógico, assumindo a forma de rodas de conversa e espaços de escuta. Nesse segundo, os encontros são marcados por relatos de experiência entre os professores, com menor ênfase crítica imediata, mas com o propósito de levantar temas que posteriormente possam ser aprofundados nas formações.



Então, as pautas das formações surgem tanto de demandas pontuais identificadas nos acompanhamentos, como de temas previamente definidos, tais como a leitura de capítulos de Paulo Freire, a discussão sobre interdisciplinaridade, a elaboração de planos de aula e a construção de questões para os simulados.

Atualmente, a condução das formações é feita por um mestrando em Educação pela UFSCar, que também é professor de Filosofia no cursinho. Esse educador já fez parte da gestão do CEC em anos anteriores, mas hoje atua como agente externo, desenvolvendo as formações como parte de sua pesquisa de mestrado, sem vínculo direto com a coordenação.

Um ponto crítico que merece ênfase, na minha observação pessoal, é que os principais problemas relatados por alunos em relação à prática docente recaem, em sua maioria, sobre os mesmos professores que não costumam participar desses espaços pedagógicos. Isso parece criar um ciclo vicioso: esses professores não comparecem às formações por não reconhecerem sua importância e, ao mesmo tempo, deixam de refletir sobre suas práticas, contribuindo para a manutenção das queixas que poderiam ser discutidas e ressignificadas nesses encontros, ou seja, por não entenderem a importância, não participam das formações.

Parte disso então discorre sobre o não conhecimento, por parte dos professores, dos importantes documentos que fundamentam o cursinho. O principal deles foi analisado no estágio que é um inacabado PPP, de 2021. Este é, sem dúvidas, o principal documento orientador do CEC. Foi por meio dele que se iniciaram, de forma sistemática, as discussões mais atuais acerca da formação político-pedagógica do cursinho, ancoradas na fundamentação teórica freireana. Então, o PPP é fruto de um movimento coletivo de reflexão sobre os princípios, valores e finalidades do projeto, que busca consolidar-se como referência para as ações e decisões do cursinho.

Logo de início, o documento já posiciona suas bases pedagógicas e seus fundamentos políticos-ideológicos, importante para os debates posteriores.

Compreendemos que a pedagogia é a expressão metodológica e metódica da intersecção entre as dimensões política e filosófica da ação humana. [...] Prezamos pela organização científica da prática educativa partindo de um entendimento dialético da construção do conhecimento e buscando dialogicamente a problematização, compreensão e a superação das contradições presentes em nossa prática considerando a hegemonia educacional antidialógica, autoritária e violenta em que somos submetidos durante toda nossa vida escolar.

Enquanto cursinho popular nos configuramos como um movimento social pedagógico. Ao perceber a contradição de se adotar práticas pedagógicas conservadoras apesar do discurso político e social progressista, buscamos em Paulo Freire a referência para construir coletivamente um cursinho popular crítico-transformador coeso filosoficamente, política e pedagogicamente, através de um questionamento ético-crítico e político-epistemológico de nossas práticas. Nesta perspectiva, o CEC deixa de ser uma tentativa frustrada de pré-vestibular comercial,



não competindo neste nível ao assumir uma proposta pedagógica inovadora. (Cursinho Educação e Cidadania, 2022, p. 3)

O trecho evidencia uma crítica direta à organização pedagógica anterior à da gestão que concebeu o PPP. Essa crítica recai sobre uma lógica anterior de funcionamento baseada em frentes de estudo, as quais reproduziam uma estrutura semelhante à dos cursinhos comerciais, com ausência de práticas formativas e falta de acompanhamento pedagógico. Além disso, sem um projeto político-pedagógico definido, o cursinho corria o risco de tornar-se apenas mais uma proposta escolar esvaziada de sentido transformador, não respondendo adequadamente aos ideias de formar um cidadão crítico que ingresse dessa forma na universidade como tal. Além disso, o documento é contundente ao reafirmar que o Cursinho Educação e Cidadania pretende ser mais do que um espaço preparatório para o vestibular, projetando-se como espaço de formação cidadã crítica.

Ainda, com base em Delizoicov (1991), o Projeto traz uma intencionalidade na utilização dos temas geradores freireanos para a construção anual do currículo. Isso se daria por meio da percepção, ainda no processo seletivo, de uma prática de denúncia a partir da decodificação de temas significativos que contenham contradições sociais. Todavia, a falta de formação suficiente dos professores além de uma alta rotatividade de todos que fazem parte do projeto, limitou a atuação dessa prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio caracterizou-se como uma importante oportunidade de fundamentar o Cursinho Educação e Cidadania como um espaço escolar, ainda que não formal, válido para as atividades de estágio, visto tratar-se de um ambiente rico em discussões pedagógicas desde suas concepções, enquanto cursinho popular, até sua estruturação político-pedagógica, perceptível na coordenação e em seus documentos estruturantes.

Ademais, em diversos momentos, o fato de eu fazer parte da construção do cursinho nos últimos 4 anos, após a pandemia, me permitiu desenvolver um olhar mais amplo sobre as práticas presentes no CEC. No entanto, foi justamente o exercício de observação e análise exigido pelo estágio que me levou a uma reflexão mais profunda sobre todos os acontecimentos que vivenciei e dos quais ativamente participei nesse período.

Ressalto também que esse processo reflexivo me levou a reconsiderar a organização documental do projeto. Nesse sentido, propus que, ao final do ano letivo de 2025, nos dediquemos à revisão e atualização do Projeto Político-Pedagógico, incorporando as



observações realizadas ao longo do estágio, bem como as ideias e concepções construídas coletivamente em reuniões pedagógicas apropriadas.

Enquanto coordenador, também passei a repensar as práticas de gestão democrática que, em minha perspectiva, é corroborada em alguns pontos, de certa maneira, pelos entrevistados (embora neste texto não possamos relacionar os dados), que ainda estão distantes do ideal. Isso se evidencia, principalmente, quando observamos a participação dos estudantes, mas sem deixar de considerar também o envolvimento dos professores e do coordenador institucional.

Outro ponto que merece atenção é a formação docente. Não há Educação Popular Freireana sem o devido estudo e discussão sobre o que é, de fato, Educação Popular. Cada espaço social e geográfico onde se desenvolvem as práticas de ensino-aprendizagem do CEC deve ser considerado, assim como o próprio contexto de busca por esse espaço por parte dos alunos. É necessário promover uma discussão clara sobre como a proposta de “Educação e Cidadania”, presente no próprio nome do cursinho, visa formar estudantes críticos, por meio de uma educação transformadora, e como o vestibular se insere nesse processo. Essa formação deve dialogar com os objetivos dos estudantes em acessar a educação superior gratuita e pública, ideal ao ver cursinho, mas também com a realidade em que, muitas vezes, o acesso à universidade privada de forma gratuita, se mostra mais viável, ainda que em desacordo com os anseios originais, devido a fatores político-sociais mais amplos.

REFERÊNCIAS

BONALDI, E. V. **Tentando chegar lá: as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
doi:10.11606/T.8.2016.tde-09052016-105247. Acesso em: 01 jun. 2025.

CASAUT, R. C. **Cursinhos Populares da Unesp: histórico, conquistas e desafios**. 2019. Dissertação (Mestrado em Química) - Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/33673#>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CURSINHO EDUCAÇÃO E CIDADANIA. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**. Sorocaba, 2022.

DELIZOICOV, D. **Conhecimento, tensões e transições**. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GROPPO, L. A.; OLIVEIRA, A. R. G.; OLIVEIRA, F. M. **Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente**. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019. DOI: 10.1590/S1413-24782019240031. Acesso em: 15 jun. 2025.



LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. 6a.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, M. T. **Inclusão ou emancipação?** um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/33673#>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MUNIZ, R. **Estudos mostram efeitos benéficos de sistema de cotas raciais sobre a universidade pública brasileira**. Jornal da Unesp, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/26/estudos-mostram-efeitos-beneficos-de-sistema-de-cotas-raciais-sobre-a-universidade-publica-brasileira/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. In: DOURADO, L. F. (org.). Políticas e Gestão da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

PEREIRA, A. S. **Os desafios políticos e pedagógicos no enfrentamento à evasão no Cursinho Educação e Cidadania**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/14729>. Acesso em: 01 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física**. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, 2019. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/cursos/cursos-oferecidos/fisica/sorocaba>. Acesso em: 20 nov. 2025.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I.P.A. (Org) Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

